

PREFÁCIO IV

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA NETO

Convidado pelo Professor Luís Tomé para prefaciар a reedição da tese de doutoramento do Luís Moita, *O sentido moral da comunhão humana*, aceitei sem hesitar por dois motivos necessariamente complementares: por constituir oportunidade para celebrar a memória de um amigo; e por me levar a reevocar um período extremamente rico sob vários pontos de vista: humano, cultural, intelectual e até político, com o consequente alargamento da minha visão do mundo e do aprofundamento do sentido da minha forma de estar.

Conheci o Luís Moita em 1965 e sempre estivemos ao lado um do outro até ao dia em que nos deixou fisicamente – só mesmo fisicamente – o que, ainda hoje, não me parece ser verdade... Não é esta a circunstância de traçar a sua biografia, nem foi isso que me pediram. Limitar-me-ei a evocar o que dele testemunhei e o que com ele vivi ao longo de quase 60 anos, sempre extremamente próximos. O Luís era mais que um amigo; era para mim um espaço. Um espaço preenchido por aquilo que a vida tem de melhor e de mais saboroso: o saber pensar e o saber brincar, o saber rir e o saber chorar, o saber misturar o sério e o irónico, o saber adequar-se à distância respeitosa e à proximidade gratuita, o saber tonificar a relação com os outros com a leveza do humor. Se não soubesse quem era o autor deste trabalho e me desafiassem para o adivinhar, acertaria com facilidade porque o definitivo Luís Moita estava no seu modo de relação, na prioridade que dava ao “tu” e nos valores em que acreditava e pelos quais lutou: a liberdade e a solidariedade. O seu modo de ser e a sua forma de estar estão concretizados na sua tese.

Recordo o período da sua elaboração, em Roma, e as longas conversas, noite dentro, em que ele ia dando conta das suas dificuldades e das suas ousadias, dos seus avanços e dos seus recuos, mas recordo sobretudo as conversas partilhadas na procura de convergências e perspetivas que ajudassem a dar forma e a fundamentar a centralidade do seu edifício em construção: a intersubjetividade humana. No existencialismo, na psicologia profunda, no direito, na psicanálise, no marxismo se tentava encontrar os contributos que cada disciplina podia dar, numa época em que se percebia ser urgente adivinhar o futuro; no caso concreto, foi relevante o impulso dado pelo concílio Vaticano II que, desde cedo, apontou para uma inexorável nova forma de estar e de ver o mundo por parte da Igreja; também nesse aspeto a tese é esclarecedora, sobretudo quando trata da comunhão eclesial.

Não se pense, porém, que isto se passava em circuito fechado, em gabinete, colecionando e harmonizando contributos sem olhar para os acontecimentos e tentar colher e interpretar as circunstâncias do tempo; seguia-se com atenção – e necessariamente numa atitude de aprendizagem do que era a liberdade democrática, uma vez que em Portugal ela não existia – a vida política italiana, que, às vezes, quase tomávamos como coisa nossa, e também a política europeia e mundial; a televisão era o grande veículo desta “politização”. Recordo-me que, decorrendo, na altura, a guerra no Vietnam, ambos resolvemos assinar um manifesto, que corria em Roma, contra guerra; foi a minha estreia política pública; não é, obviamente, um facto importante mas apontava já para aquelas que seriam as nossas preocupações futuras.

Assisti à defesa da tese na Academia Alfonsiana de Roma no dia 16 de junho de 1967; no fim fomos comer uma pizza...

Acompanhei a vida profissional, paraprofissional e política do Luís. Não vou fazer o roteiro do seu percurso. Lembrarei apenas as áreas de intervenção que me parecem ser as mais relevantes e definitórias desse percurso e do empenho com que o fez:

- professor do Seminário dos Olivais,
- protagonista importante na luta anticolonial,
- criador do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral),
- promotor do apoio e da cooperação com os povos das ex-colónias,
- professor de Relações Internacionais na Universidade Autónoma, onde criou o respetivo Departamento e o respetivo Mestrado; na mesma Universidade lançou o Anuário Janus e a revista científica *Janus.net*. Não sei qual a medida da marca que deixou gravada na Universidade Autónoma, sabem-no certamente os seus responsáveis e os seus alunos, mas uma coisa eu sei: o Luís gostava apaixonadamente daquilo que fazia na Universidade e dela falava sempre com aquele orgulho quase ingénuo de quem se sente bem e, sem o dizer, quer significar que está feliz e agradecido. Sei que fica por dizer muito do que o Luís fez ao longo dos caminhos que percorreu, em conferências, seminários e artigos, mas, para ser menos incompleto, lembro também a sua ação política, desde a Capela do Rato à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, desde sessões de esclarecimento ao apoio em campanhas eleitorais, num permanente exercício de cidadania pessoalmente desinteressado.

Ao reler a tese, sobretudo o III capítulo, veio-me à memória o que um dia me disse um grande amigo meu que, infelizmente, já partiu: “o equilíbrio do mundo vai-se mantendo porque existem pessoas que vivem solidariamen-

te para o outro e para o bem comum, se assim não fosse, o mundo já teria ido à falência”. Veio-me isto à memória porque a tese em apreço constitui uma reflexão de enorme profundidade sobre aquilo que é o meu face a face com o outro e do face a face do outro comigo e é no sentido e na fecundidade desse face a face ou por outras palavras, na relação interpessoal, que radica e da qual brota o ser solidário e abnegado pelo bem comum. Brotam os valores: a par da solidariedade nascem e conjugam-se com ela a liberdade, a solidariedade, a honestidade, a verdade, o amor e também a paz; com efeito, os valores não são moléculas ou átomos que se captam na atmosfera, nem princípios abstratos e uniformizantes dos comportamentos, mas dimensões éticas da relação intersubjetiva.

A validade deste estudo já foi provada. Longe de mim a tentação ridícula de a reavaliar, o que nem seria propositado nem estaria ao meu alcance. A sua validade está, de facto, provada. Se outra prova não houvesse, aí está o facto de a sua Universidade ter resolvido proceder à sua reedição, que será certamente uma homenagem mas será também e sobretudo o reconhecimento do mérito de um trabalho que é uma reflexão profunda cada vez mais rara. Admitida a sua validade, forçoso é chamar a atenção para a sua atualidade. O Luís dizia, em junho de 1967, no prefácio da primeira edição, “... esperando que a sua inevitável desatualização não lhe tenham feito perder a utilidade”. Penso que não é atrevimento afirmar que, enquanto tese e enquanto instrumento e motivo de reflexão, não perdeu atualidade. Pelo contrário. Basta ouvir, nestes nossos tempos, os noticiários diários para se concluir que as relações entre as pessoas assentam, a grande maioria das vezes, no interesse económico, na ânsia e no exercício do poder, na dominação, na exploração dos que podem mais sobre os que nada podem; assentam em bases contrárias àquelas que na tese se preconizam.

Verificação ainda mais grave é a indiferença com que já olhamos para isso e a tendência (inconsciente ou não) para normalizarmos essa indiferença. Urge, por consequência, a apropriação desta mensagem (deste recado, se quisermos dizer assim) porque o que verdadeiramente nos faz falta é o retorno à nossa inexorável condição de seres que se fazem na e para a relação e que, a partir desse cruzamento de relações assumido, irá criar comunidade, fecundar as instituições e transformar o mundo.

Bem andou a Universidade Autónoma ao tomar a iniciativa da reedição desta tese. Tal iniciativa é, simultaneamente, uma homenagem e um serviço. Uma homenagem ao Luís Moita – porventura a maior que lhe podia ser prestada – por celebrar e nos reapresentar um trabalho que o traduz na sua inteireza como homem, como intelectual e como cidadão.

Homenagem, portanto, mas também serviço porque, deste modo, a Universidade Autónoma a coloca à disposição de quantos se interessam pela reflexão e pelo aprofundamento das questões éticas, e, mais do que isso, coloca aos responsáveis pela salvaguarda e pela promoção do bem comum o desafio de pensar e de atuar sob a inspiração do que é irrecusavelmente humano e, por isso, universalmente aplicável.

Lisboa, 03 de fevereiro de 2024

José Augusto Pereira Neto